

Expediente

Revista: Fundos Solidários - tecendo redes, entrelaçando vidas / 1ª Edição - PIAUÍ - 2016

Realização:

Fundação Grupo Esquel Brasil
SCS Qd. 01 – Bl. “I” – Ed. Central
– 13º andar – Sl. 1.301, 1302 e 1.307;
CEP 70304-900 – Brasília /
DF; Tel: (61) 3322-2062
Fax: (61) 3322-1063.
www.esquel.org.br
www.vencerjuntos.org.br

Diretor-Presidente: Silvio Rocha Sant’Ana

Superintendente:

Sílvia Alcântara Picchioni

Convênios:

Ministério do Trabalho/Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES nº. 748343/2010 e nº 791562/2013

Projeto de Apoio às Finanças Solidárias com Base na Organização de Fundos Solidários/Região Nordeste

Responsável Técnica/

Coordenação Geral do Projeto Vencer Juntos: Barbara Schmidt Rahmer

Coordenação do Projeto Fundos Solidários do Nordeste: Cristina Rocha Gusmão

Jornalista Resp.: Danilo Castro

Colaboração nos textos e

produção da Revista: Cristina Rocha Gusmão

Direção de Arte: Moema Braga

Revisão Textual: Lília Costa

Produção Gráfica: Luiz Bernardo

Fotografia: Márcio Donizeti Otávio

Ilustrações: Audifax Rios

Arte Final: Marcelino Júnior

Edição: Lamparina Comunicação Gráfica Ltda.

Índice

- 03** Apresentação
- 04** Carta dos Fundos Solidários do Piauí
- 07** Fundos Solidários no Piauí - uma história de parcerias
- 12** Atuação da Cáritas em Floriano
- 13** Horta comunitária do Morro do Tiro
- 15** Associação de Pequenos Produtores de Hortaliças da Taboca
- 17** Campo Agrícola da Localidade de Puçazeiro
- 20** Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Mucambo
- 23** A história da máquina
- 24** A atuação da Associação
- 26** Serra do Gavião Experiência Terra Viva
- 28** Melhoria da renda, melhoria na vida
- 29** Trabalho coletivo produz bons frutos
- 30** A comercialização e divisão de lucros



APRESENTAÇÃO

“Um homem pode esquecer em dois anos o que levou vinte para aprender.”

Rabi Nathan Textos Judaicos

Não basta viver a experiência. É preciso contá-la aos convivas para que se cumpra o destino de encantar outras aldeias com as boas novas. Nossa revista (ou as edições), Fundos Solidários, Tecendo redes entrelaçando vidas, chega à suas mãos para compartilhar a riqueza de um tipo de experiência coletiva bem sucedida que, se não é totalmente original porque é também resgate de práticas ancestrais, é inovadora por realizar cooperativamente caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Nos últimos 40 anos, os Fundos Solidários (FS) - também chamados de Fundos Rotativos Solidários (FRS)-, proporcionaram experiências que merecem entrar para a história dos esforços humanos pela erradicação das desigualdades sociais, pois testemunham a viabilidade de soluções comunitárias pensadas, decididas e executadas

democraticamente, e com o apoio de parcerias institucionais comprometidas com a inclusão produtiva de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as) que continuam sem as devidas oportunidades de levar uma vida digna a partir do próprio trabalho.

Quem viveu experiências associativas sabe o quanto é difícil fazer junto, sobretudo, fazer para atingir os resultados almejados. Mas sabe, também, da alegria que é colher junto os frutos e desejar continuar junto, aperfeiçoando um projeto comum. Cumprir o combinado é um dos segredos das experiências exitosas de economia solidária aqui relatadas. Observar criticamente os processos, também compõe o ritual desse fazer junto. Mesmo os que não viveram ainda alguma experiência associativa, poderão perceber nos resultados aqui divulgados a diferença que faz a solidariedade.

Assim, decidimos avançar por um caminho que nos permitisse, ao mesmo tempo, registrar e avaliar essa trajetória, divulgan-

do nesta publicação os dados mensuráveis dessas experiências, tanto para seus próprios atores quanto para novos partícipes. Entre os objetivos do Projeto Mapeamentos dos Fundos Solidários - inscrito num projeto maior de apoio às finanças solidárias com base na organização de fundos solidários - destacamos dois: o fortalecimento desse tipo de organização e o subsídio para a definição de políticas públicas que fortaleçam essas iniciativas.

O Mapeamento aqui apresentado foi executado pela Fundação Grupo Esquel Brasil em parceria com as principais redes de entidades que trabalham com Fundos Solidários na Região Nordeste, entre elas: Cáritas Regionais/Diocesanas; Fóruns de Economia Solidária; Fóruns de Segurança Alimentar; ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro.

Vivemos, podemos contar.

Trabalhamos agora para aperfeiçoar e multiplicar essa vivência.



CARTA DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS DO PIAUÍ

Nós, homens e mulheres, povo engajado e persistente, participantes dos Fundos Solidários do Estado do Piauí, reunidas/os em Teresina/PI, nos dias 10 e 11 de Agosto de 2012, a partir dos diálogos sobre os resultados do mapeamento de Fundos Solidários realizado no estado no período de Abril de 2011 a Julho de 2012, que identificou e sistematizou 32 práticas de FS, que beneficiam aproximadamente 10 mil famílias localizadas em 50 comunidades urbanas e rurais do estado, reafirmamos os resultados alcançados, e os principais desafios a serem enfrentados pelos Fundos Solidários, pelas entidades Fomentadoras e os Gestores Públicos que atuam neste campo.

Diante dos dados levantados e debatidos, destacamos algumas características do perfil dos participantes dos Fundos, como a forte atuação das mulheres na gestão dos FS, a presença de produtores/as rurais organizados/as, possibilitando às comunidades de baixa renda

desenvolver coletivamente diferentes atividades produtivas, que vão desde o cultivo de frutas e verduras através das hortas comunitárias; o desenvolvimento da apicultura, a criação de pequenos animais, à produção de lindas peças de artesanato, demonstrando que é possível gerar renda, transformar a realidade das famílias do campo e da cidade, e construir uma nova economia popular e solidária.

O diagnóstico realizado através do projeto Fundos Solidários do NE possibilitou também a percepção das nossas fragilidades como a falta de recursos para investimentos em nossas iniciativas, a falta de apoio do poder público em todos os níveis (locais, estadual) inadimplência, a acomodação de alguns membros dos grupos que esperam sempre pela iniciativa da diretoria, a falta de acompanhamento técnico aos Fundos, a ausência do diálogo entre as entidades fomentadoras/apoiadoras e os grupos, e a necessidade de investimento





para a formação e capacitação dos participantes dos Fundos Solidários. Além disso, reforçou também, conquistas e as ricas experiências nos níveis comunitário, municipal, territorial e regional.

Sabemos que são muitos os desafios, porém, maior é a nossa persistência, o nosso desejo em fortalecer cada vez mais as diversas iniciativas produtivas de caráter associativo e comunitário realizadas pelas nossas famílias piauienses que promovem o desenvolvimento local sustentável e solidário. Pensando nisso, definimos alguns princípios que irão nortear as nossas ações: os fundos deverão funcionar com reuniões periódicas, baseados em regras ou diretrizes para o pleno funcionamento, deverão ser regidos pelo regimento interno e o estatuto; as atividades devem dar visibilidade às experiências e à luta dos grupos; as experiências existentes e as que serão fomentadas devem ter levantamento e diagnóstico dos grupos; e todo fundo deve apoiar projetos de sustentabilidade baseados na realidade local.

Neste momento de troca de resultados e de diálogos começamos a traçar as primeiras estratégias para a construção da nossa Rede Estadual de Fundos Solidários, e para isso, queremos realizar intercâmbios para troca de experiências; organizar feiras produtivas para apoiar a comercialização; promover capacitações de diversas temáticas de acordo com a necessidade da comunidade, ampliar os conhecimentos através de cursos de gestão e capacitações e consolidar ações de parcerias, priorizando a auto-sustentabilidade, valores justos, éticos e democráticos.

O Seminário nos proporcionou um balanço acerca das perspectivas dos Fundos Solidários no Piauí e percebemos que precisamos dar visibilidade às nossas experiências, começando pelos resultados levantados pelo mapeamento, que confirmou coerentemente a nossa realidade e a partir disso, fomentar novas experiências que irão dar continuidade ao trabalho coletivo nas comunidades, gerando renda e transformando vidas. Além de demonstrar que precisamos dar grandes passos para a conquista de políticas públicas de apoio e fomento a estas práticas desenvolvidas através da autogestão e de cooperativas.

Acreditamos ser um momento histórico para a trajetória da organização dos Fundos Solidários no Piauí, em todo o Nordeste e também nas demais regiões do país. Uma conquista que só foi possível a partir do trabalho da Fundação Grupo Esquel Brasil em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Além da Cáritas Brasileira, articuladora nacional, e a parceria do Banco do Nordeste, que realiza através do programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), apoio aos Fundos Solidários na região do Semiárido Brasileiro.

O projeto de Apoio às Finanças Solidárias, resultado de um processo de articulação e mobilização conjunta entre diversas organizações coletivas, grandes redes de instituições da sociedade civil, governo, grupos e comunidades, vem fortalecendo o movimento de Economia Solidária, proporcionando a centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos a oportunidade de levar uma vida

digna a partir dos frutos de seu próprio trabalho.

A realização deste seminário irá balizar a nossa atuação de forma a consolidar todas as nossas propostas promovendo o desenvolvimento local. A partir dos subsídios discutidos e apro-

vados, iremos favorecer e fortalecer nossas lutas e bandeiras, a partir da nossa realidade no Piauí/Nordeste, com ênfase na cooperação, autogestão e solidariedade!

Teresina, 11 de Agosto de 2012





FUNDOS SOLIDÁRIOS NO PIAUÍ

Uma história de parcerias

A prática dos Fundos Solidários tem uma longa história, iniciada nos anos 80 do século passado com os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), ligados à Igreja Católica. A partir dos anos 90, esse tipo de iniciativa ganha força junto aos movimentos sociais e às diversas outras igrejas, como proposta concreta de atuação para a mudança das estruturas geradoras de empobrecimento.

Ao longo dessa trajetória de ação comunitária, percebe-se a rápida ampliação do número de entidades que começam a trabalhar com algum tipo de reserva financeira para pequenos projetos produtivos, em crescente adesão ao modelo de Fundo Rotativo Solidário (FRS). Durante a década de 90, essa prática recebe grande estímulo para

fomentar projetos de geração de renda, em decorrência da mobilização nacional promovida pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Herbert José de Sousa (Betinho). Nesse período, os recursos da sociedade civil para apoiar pequenos projetos comunitários aumentam significativamente.

A criação desse novo mecanismo de finanças solidárias espalha-se por todo o país, incrementando o surgimento de diversas redes de fomento às atividades produtivas realizadas por setores populares, socialmente mais vulneráveis. Outras formas de fundos solidários também surgem nesse contexto, tais como: as cooperativas de crédito, as entidades de crédito popular e solidário, os bancos

comunitários e os clubes de trocas com moedas sociais.

No Piauí as entidades que, entre outras, mais se destacam nesse processo são: Rede Cáritas, Pastoral da Criança, Obras Kolping e Fundos Diocesanos de Solidariedade.

Mapeamento - hora de avaliar resultados e impactos

Após décadas vivenciando as possibilidades dessa nova economia, surge a proposta de realização do Mapeamento dos Fundos Solidários do Nordeste para atender a necessidade de autoavaliação e de visibilidade dos resultados efetivos, gerados tanto na vida particular das famílias atendidas quanto na cultura de solidariedade de um

modo mais amplo. Iniciado em março de 2011, o diagnóstico dessas experiências cumpre também o objetivo de estimular políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

Para a realização desse projeto, as entidades coordenadoras do Mapeamento nesta primeira fase são: Cáritas Regional PI, Cáritas de Floriano e Rede Vencer Juntos.

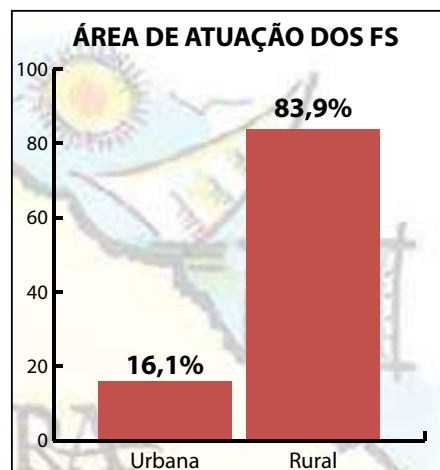
A primeira ação do Mapeamento é a de realizar uma pré-identificação das experiências para, em seguida, mobilizar seus representantes e ouvi-los, atualizando dados e informações. Participam das entrevistas os membros de Fundos Solidários, representantes de empreendimentos e líderes das comunidades beneficiadas com algum tipo de financiamento. A maioria das visitas é realizada por um agente estadual do Mapeamento, indicado pela coordenação.

Vale aqui ressaltar que, para além dos objetivos gerais, esse Mapeamento cria também possibilidades especiais de (re)encontros, trocas de saberes, reflexões sobre as práticas e aprendizados adquiridos, levando sempre em consideração os aspectos que dizem respeito ao vivenciado e ao que é reconhecido pelos entrevistados como resultado individual e coletivo.

No Piauí 40 experiências são identificadas como usuárias de Fundos Solidários, das quais 32 estão aqui sistematizadas. Essas experiências estão presentes em 29 municípios sedes, distribuídas nos seguintes territórios: Planície Litoral (1) Cocais (3), Carnaubais (3), Entre Rios (3), Tabuleiro dos Rios Piauí e Itaueiras (15), Serra da Capivara (3), Chapada das Mangabeiras (1), Vale dos Rios Guaribas (3),

Vale do Canindé (1). Os Fundos atendem um total de 76 comunidades e envolvem cerca de 6000 famílias. A Cáritas tem no estado um papel destacado de fomento e o município de Floriano emerge como maior polo territorial de Fundos Solidários. Algumas dessas experiências estão relatadas em detalhes nesta publicação.

A expressiva presença de Fundos Solidários na área rural demonstra a necessidade que as famílias agricultoras têm em viabilizar a produção para subsistência e a comercialização, fatores esses que impactam em outras necessidades básicas, produzindo novas demandas sociais (saúde, educação, transporte).



Tipologia dos Fundos Solidários

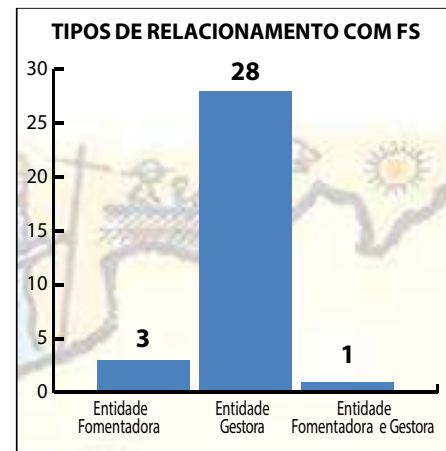
O Mapeamento dos Fundos Solidários adota as seguintes tipologias:

Entidade Gestoras de Fundos Solidários - são aquelas que realizam diretamente a gestão dos recursos, dos produtos, dos animais e/ou dos serviços;

Entidades Fomentadoras - são aquelas que fomentam a ação dos Fundos Solidários por meio das opções de formação, acompanhamento e disponibilização dos recursos necessários;

Entidades Fomentadoras/Gestoras - realizam os dois papéis de forma concomitante, tanto gestam Fundos Solidários como estimulam a criação de novos Fundos.

No Piauí a tipologia de Entidades Gestoras de Fundos Solidários segue o padrão preponderante dos demais estados, tendo em sua composição 30 experiências.



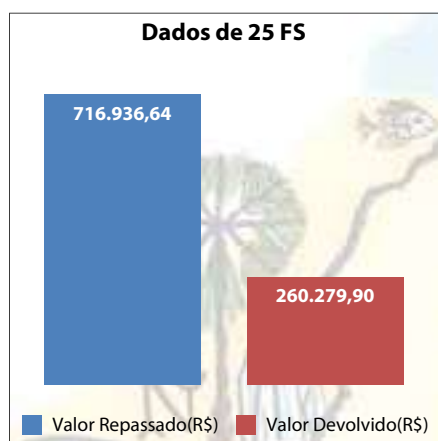
Tipos de entidades que participam de Fundos Solidários no Piauí



Observa-se no Mapeamento um grande número de Associações que, juntas, possuem 22 Fundos Solidários. Há uma Cooperativa de Crédito que também aderiu às Finanças Solidárias, estabelecendo assim uma relação de fortalecimento mútuo.

Nos relatos, esses dados são frequentemente atribuídos ao fato de os Fundos cumprirem o papel de fortalecer mecanismos autogestionários e ampliar a participação de seus sócios no conjunto das atividades. Em decorrência dessa participação ativa, na hora que alguém precisa acessar algum recurso, monetário ou não, o faz sem burocracia, com base nas relações de confiança e de partilha construídas ao longo do processo. Há referências também à qualidade dos serviços prestados, pois os recursos podem ser empregados na qualificação técnica, assegurando a melhoria no atendimento das demandas de seus participantes.

Valores Repassados/Devolvidos

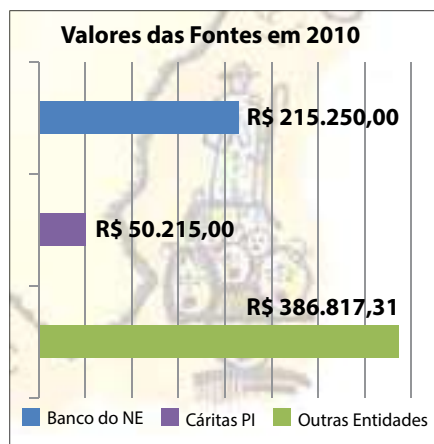


Existe uma diversidade de modelos de devolução dos recursos recebidos que cada FS adota, conforme as condições de cada experiência. Essas devoluções variam em: integrais; parciais; devoluções acrescidas de algum tipo de rendimento e com prazos de carência diferenciados. Essas possibilidades garantem um grau satisfatório de devolução, assegurando sua viabilidade econômica e social.

Principais fontes de recursos dos Fundos Solidários

Os recursos para constituição dos FS possuem fontes variadas. A maioria capta recursos dos próprios participantes (financeiros e não financeiros). Muitos recebem doações de organizações não governamentais locais que, por sua vez, captavam recursos da cooperação internacional - fonte que vem diminuindo sua participação nos últimos anos. Já a celebração de convênios com entidades governamentais vem aumentando a partir de 2003. Outras fontes advêm de doações de igrejas, de empresas e do Banco do Nordeste, por meio do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS).

Total Geral das Fontes em 2010: R\$ 652.282,31.



Os desafios da gestão

Não existe um modelo único de gestão dos FS. Cada experiência define seus próprios critérios e formas de funcionamento, adaptando-se à realidade em que estão inseridos. No entanto, alguns elementos são comuns:

1) a composição de uma comissão gestora, composta em média por três pessoas, sendo um(a) secretário(a), um(a) tesoureiro(a) e um(a) coordenador/articulador(a);

2) o trabalho de gestão é vo-

luntário;

3) a presença de instrumentos de controle financeiro das movimentações (livro ata, registro das entradas e saídas das contribuições dos participantes, regimento interno);

4) os prazos de carência, quando existentes, são definidos coletivamente, utilizando como critérios os tipos de atividades a serem financiadas.

Busca-se, assim, garantir que a gestão seja a mais participativa, democrática e transparente possível. A relação de confiança entre os participantes está ancorada não só nos laços afetivos, mas também no acesso às informações da movimentação do Fundo, compartilhando-se os resultados positivos e negativos alcançados por cada membro e criando um sentido de corresponsabilidade com o bem que é de todos(as).

Os relatos atestam que as fragilidades na gestão dos Fundos ocorrem principalmente nos registros financeiros, pois são realizados ainda de forma pouco organizada. Os arquivos também são precários, ocorrendo extravio de documentos, principalmente, quando há mudanças na comissão gestora. Outro dado que merece atenção é a dificuldade de alternância de lideranças para ajudar na gestão dos Fundos. Geralmente, são as mesmas pessoas que exercem essa função por tempo indeterminado, pela indisponibilidade dos demais membros para assumirem essa tarefa.

A despeito de todas as dificuldades, são as práticas efetivas de autogestão que fortalecem os grupos e sustentam as atividades inovadoras, a exemplo do que ocorre na agricultura familiar agroecológica, experiência na qual as relações de

convivência respeitosa entre as pessoas e o meio ambiente vão construindo modelos de desenvolvimento sustentável. Essas experiências autogestionárias constituem-se assim em autênticos espaços de valorização da associação entre o saber popular e o saber científico para a produção contínua do conhecimento.

Necessidade Anual de Recursos

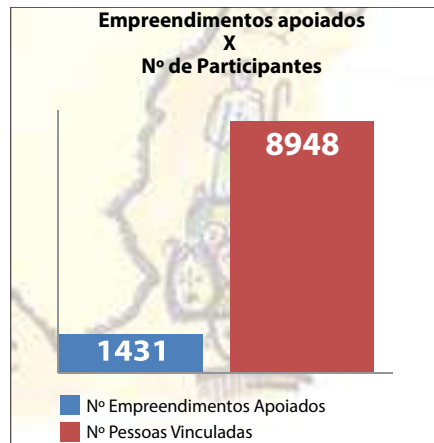
As entidades de apoio entrevistadas estimam em R\$ 1.420.000,00 a necessidade anual de recursos para dar continuidade ao trabalho com os FS no estado.

Perfil dos participantes

O perfil dos participantes dos Fundos Solidários no estado do Piauí segue em consonância com os demais estados da região nordeste. A maioria absoluta é composta por agricultores que possuem renda de até um salário mínimo, têm idade entre 19 a 59 anos e o ensino fundamental concluído.

O Mapeamento evidencia, assim, que os Fundos Solidários atendem às populações mais excluídas e, portanto, aos segmentos mais vulneráveis presentes nas comunidades de acampados, catadores, indígenas, ribeirinhos e remanescentes de quilombos. Além de disponibilizar recursos, os FS fortalecem a participação e a autonomia de mulheres e jovens e estimula a consciência organizativa dos grupos, avançando a capacidade dessas comunidades de reivindicar e propor políticas públicas pertinentes.

Empreendimentos apoiados pelos FS



Principais atividades desenvolvidas pelos Fundos Solidários no Piauí

- **Infraestrutura:** construção de cisternas, cercas, casas de sementes, casas de mel e farinha; reforma e/ou ampliação de moradias (teto, calçadas, banheiro); construção de templo religioso; construção/melhoramento de aprisco para os animais, de aviários e po-cilgas; galpões para máquinas agrícolas; melhoria nos quintais/estruturação (tela); recuperação das estradas de acesso às comunidades; construção de tanques de pedra, escavação de poços, reservatórios para água de irrigação e piscicultura.
- **Agricultura Familiar:** criação de animais (caprinocultura, avicultura, bovinocultura, apicultura, criação de peixe); repasse de sementes crioulas, fruticultura, produção de hortaliças, legumes, plantio de palma forrageira, mandioca, produção de grãos (feijão, milho, arroz); produção de silagem.
- **Beneficiamento:** produção de polpas, licores, compotas, mesocarpo de babaçu, azei-

te, tapioca; beneficiamento de leite e grãos; produção de pães, cajuína, doces de frutas variados, mel de abelha, mel de caju.

- **Artesanato:** produção de peças em couro, barro, palha e madeira; produção de rendas, bordados e pinturas; confecção de bonecas e roupas; produção de fitoterápicos, sabão e sabonetes.
- **Outras Atividades:** empréstimos diretos às famílias para as necessidades urgentes; apoio na área de saúde, transporte/deslocamento para atividades fora da comunidade; alimentação nas reuniões das comunidades.

O Mapeamento aponta elementos para a elaboração de políticas públicas

Os Fundos Solidários têm se revelado como autênticos espaços de geração de saberes e riquezas. Por isso são reconhecidos por seus integrantes como patrimônio das comunidades, com legitimidade para difundir os resultados dessas experiências, ampliar as discussões sobre o tema e propor atuações institucionais.

Há uma compreensão compartilhada entre seus integrantes de que as ações de governo, voltadas para o financiamento da economia popular e solidária, baseadas exclusivamente na expansão do atual sistema financeiro, são insuficientes para promover a cidadania para aqueles que se situam fora da dinâmica convencional de mercado. A legislação que rege a transferência e o repasse de recursos orçamentários para

Fundos Solidários têm limitações e entraves que precisam ser revistos. Construir, democraticamente, um marco legal/regulatório que atenda aos objetivos dessa economia solidária é necessário e possível.

Essa rica trajetória dos Fundos Solidários, com experiências espalhadas por todo o Nordeste brasileiro, do semiárido ao litoral, gestando novas maneiras de enfrentar as desigualdades econômicas e as injustiças sociais, permite apontar aqui algumas sugestões, para o avanço de Políticas Públicas que:

- sejam construídas a partir do

acúmulo das experiências e práticas de Fundos Solidários já existentes, em suas mais diferentes formas de manifestação;

- promovam o protagonismo e o fortalecimento da cidadania de sujeitos coletivos, garantindo a participação nos espaços de decisão e controle social;
- possibilitem a integração com as demais políticas e a articulação entre os três níveis de Estado (federal, estadual e municipal);
- incorporem a concepção de

Desenvolvimento Sustentável e Solidário - econômico, social, cultural, ambiental e político;

- disponibilizem fontes de recursos diversificados, assegurados em orçamento e fundos não retornáveis ao financiador;
- reconheçam os Fundos Rotativos como experiências de solidariedade que dinamizam a economia, atingindo resultados efetivos na qualidade de vida de seus participantes e da sociedade como um todo.





Atuação da Cáritas em Floriano

Os grupos atendidos pelo Fundo Produtivo Solidário representam grande parte da ação social realizada pela Cáritas Diocesana de Floriano e são iniciados a partir de 1990. Desde então, as práticas da Economia Solidária Sustentável são almeçadas e todo trabalho de organização das comunidades tem sido pautado na construção de oportunidades de trabalho e renda para as famílias assistidas.

No começo das atividades, a Cáritas dispõe de um grupo de agentes técnicos que localizam e articulam junto às comunidades uma possível intervenção por parte da entidade. Uma vez aceita pelo grupo a proposta de parceria, os agentes passam a fazer reuniões para a organização das associações e, a partir daí, a construir o planejamento mais viável para aquela experiência. Os grupos também recebem

toda uma infraestrutura produtiva necessária para a realização do trabalho, promovendo capacitação e formação aos grupos, garantindo-lhes o acesso a políticas públicas destinadas a entidades formais.

No município de Floriano esse apoio é dado a diversos tipos de empreendimento, como hortas comunitárias, criação de abelhas e máquinas de beneficiamento da produção. Todo esse trabalho recebe o apoio do vigário paroquial de origem austríaca, Pe. Johann Schmidt, mais conhecido como Pe. João, parceiro que muito tem contribuído para a captação de recurso internacional: “Tudo começou a partir da garantia do acesso a água”, lembra. E continua: “Quando eu cheguei aqui em Floriano, há 16 anos, a primeira coisa que fiz foi lutar para garantir o acesso à água para essas

comunidades. Comecei pedindo ajuda às pessoas da minha terra para perfurar poços”. Já com a água garantida, pelo menos pelo período de chuvas, Pe. João começa a estimular grupos a trabalharem com plantação de frutas e hortaliças.

Garantir o alimento das próprias famílias, bem como uma renda extra com a comercialização dos produtos é uma das primeiras conquistas experimentadas pelos associados. Outro ganho importante passa pela capacitação que garante aos grupos a autonomia para gerir seus próprios empreendimentos. Isso reflete uma evolução na maneira pela qual as famílias se colocam na sociedade, passando a ter domínio de processos administrativos que os favoreçam a agir da melhor forma na hora de cobrar algum

Horta comunitária do Morro do Tiro



benefício que lhes é de direito.

Sebastião Remyr de Moura, agente da Cáritas Diocesana de Floriano, destaca o que considera ser decisivo nessa função de articulador: “Uma das principais características do técnico é ter um visão integral dos processos pelos quais as comunidades estão passando. Ser uma liderança que garanta aos assessorados uma autonomia na realização e promoção dos seus desenvolvimentos e realizem seus sonhos.”

Embora já exista um bom entendimento sobre o sentido da cooperação e da autonomia por grande parte das pessoas atendidas, a conquista dessa consciência é um constante desafio a ser enfrentado, assim como a falta de políticas públicas que atendam as demandas produtivas dos empreendimentos solidários.

O mês de outubro de 2000 é um mês marcante para a comunidade do Morro do Tiro, situada na área urbana do município de Floriano (PI). A data marca o início da horta comunitária que muda a realidade das 27 famílias, que passam a trabalhar diretamente nos canteiros, e de tantas outras que passam a se alimentar melhor, graças ao trabalho desempenhado pelo Pe. João de incentivo ao plantio de produtos orgânicos.

O depoimento de dona Doraci de Almeida revela a dedicação dos pioneiros dessa empreitada: “Quando o Padre perguntou se a gente tinha interesse em trabalhar com horta, ele já tinha quase tudo pronto. O terreno foi cedido pela Diocese de Floriano e já tinha até um técnico agrônomo para nos ensinar. Esse profissional nos acompanhou durante os seis primeiros anos do projeto”, lembra uma das beneficiadas com o cultivo.

O técnico ensina todos os processos necessários para o plantio e manejo dos cantei-

ros. No começo não é fácil para uma comunidade que nunca tinha trabalhado com esse tipo de cultura. Outro problema é a questão da comercialização: “Os processos são mais complicados do que nos outros tipos de lavoura que a gente já tinha costume. As hortaliças requerem bem mais carinho e cuidado do que outras plantações. Mas hoje nós dominamos tudo”, explica dona Maria José Messias, outra beneficiada.

As famílias também reconhecem a questão da comercialização como um desafio e resolvem dar fim aos constantes desperdícios de produção: “Nós víamos boa parte do nosso cultivo ir para o lixo. A solução veio do Programa do Governo Estadual, chamado de Compra Direta, que passou a levar boa parte da nossa produção”, acrescenta Doraci.

Embora a horta funcione num mesmo terreno, as famílias têm seus canteiros individuais e comercializam ali mesmo ou em mercados da cidade, como meio



de garantir seu sustento. Do total de 27 famílias que trabalham diretamente na horta, 90% têm a plantação como principal fonte de renda.

Um fator importante a ser ressaltado é o protagonismo feminino nessa atividade: “Uma grande importância social da horta é dar às mulheres uma fonte de renda. A dependência das mulheres, numa família onde só o homem ganha, pode ser usado como forma de repressão”, lembra Pe. Johann Schmidt.

Outra importante contribuição do cultivo de hortaliças orgânicas é a mudança na maneira de se alimentar da população, que antes achava que comer verdura de qualidade era privilégio só dos ricos. “Nós antes não podíamos comer uma verdura de qualidade. Até a alfafa era coisa pra quem tinha dinheiro. Hoje nós repassamos um produto de qualidade para o mercado local e ainda nos beneficiamos com uma alimentação mais saudável”, faz questão de observar dona Maria José.

Parceria com a Conab

Até julho de 2013, 50% da produção das famílias da Horta Comunitária do Morro do Tiro era destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O programa, que funciona como instrumento de apoio e fomento à agricultura familiar, garantiu uma verba de 4.500 reais para a comunidade no período de um ano. Um novo projeto aguarda liberação para que haja continuidade da produção.

Como surgiu o fundo?

O Fundo Rotativo Solidário desse grupo surge em 2012, como resultado de uma oficina realizada pela Fundação Grupo Esquel Brasil, em parceria com a Diocese de Floriano: “Lá nós ficamos sabendo mais, como trabalhar a questão do Fundo Rotativo Solidário e passamos, a partir daí, a ver uma

forma de implantar aqui na nossa horta”, relembra dona Maria José.

O dinheiro que vai para o Fundo é fruto do que é produzido num canteiro comunitário. A cada dia da semana, uma família se responsabiliza pelos cuidados com um dado cultivo. Esse recurso é usado para um caso de doença de pessoas do grupo e para empréstimos, de acordo com as necessidades da comunidade. A devolução é feita num período viável para as duas partes, acrescido de juros pequenos que variam de cinco a quinze reais.

Já para o Fundo da Associação, cada família deixa um valor de três reais e cinquenta centavos. Com esse dinheiro é pago o talão de energia, a merenda das reuniões mensais do grupo e os gastos com doações para outras comunidades, quando convidam o grupo para algum festejo.



Associação de Pequenos Produtores de Hortaliças da Taboca

Parece que o protagonismo da mulher é algo decisivo para a implementação de hortas comunitárias no município de Floriano. Novamente uma iniciativa é erguida pela força do trabalho feminino, desta vez na localidade da Taboca. Com apoio da Cáritas Diocesana, em 20 de janeiro de 2005, o grupo de trabalhadoras rurais recebe um terreno já equipado com poço, caixa d'água, regadores, ferramentas, bem como as primeiras sementes e a orientação técnica necessária para começar a produção.

Com todo esse aparato técnico e de recursos materiais, o grupo tem a primeira colheita garantida e, daí em diante, co-

meça a caminhar com as próprias pernas. Ainda em 2005, inicialmente para pagar a conta da energia e a compra de esterco, as mulheres resolvem se unir num Conselho e iniciar o Fundo Rotativo Solidário. Para isso, também recebem toda a orientação necessária por parte da Cáritas Diocesana.

Esse grupo atualmente conta com 16 famílias e já possui, desde 2009, uma entidade denominada de Associação de Pequenas Produtoras de Hortaliças da Taboca, cuja diretoria formalizada atua gerindo o Fundo e intervindo na hora de mobilizar o grupo para realizar algum trabalho coletivo, a exemplo do mutirão de limpeza.

A comercialização

A comercialização das hortaliças é feita em feiras no centro de Floriano três vezes por semana, garantindo uma receita mensal de aproximadamente 4.800 reais, que corresponde a 300 reais por pessoa: - “Esses valores não significam que todas as pessoas ganhem só isso. Tem gente que arrecada até dois salários por mês. Esse é um valor que representa uma renda per capita”, conta dona Maria Inês Carvalho, atual presidente da Associação.

As trabalhadoras também apresentam a comercialização

como uma das principais dificuldades. Por trabalharem com produtos sem agrotóxicos, sem que haja uma produção em grande escala, o comerciante local dificulta a inserção dos produtos em seus estabelecimentos: - “Nós ainda não conseguimos ter uma boa quantidade de produtos todos os dias. O nosso cultivo é feito de forma mais lenta e delicada, pelo não uso de produtos químicos. Os empresários querem é quantidade.”, denuncia Maria Inês Carvalho. Por isso, elas criam a Feira que é dividida por etapas e famílias, cada dia vai um grupo de três ou quatro.





O Fundo

É destinado para o Fundo um valor de dois reais e cinquenta centavos por mês, correspondendo a cada canteiro. Quem tem mais canteiros, consequentemente paga mais. No final do mês, esse dinheiro é usado para pagar o talão da energia elétrica, a compra das sementes de alface - que é dividida no coletivo -, e a compra do material de limpeza para lavar as caixas d'água.

Com esse dinheiro a Associação adquiriu uns bens mais duráveis: uma forrageira para triturar restos de folhas e plantas, que servem como adubo, e um banheiro dentro das dependências da horta. O restante é depositado numa conta no banco em nome da Associação: "Sem o Fundo, o nosso trabalho ficaria inviabilizado, porque além das contas fixas, sempre surgem gastos inesperados, como a compra de um esterco quando acaba ou de um cano quando quebra", acrescenta dona Inês.

Acesso a políticas públicas

O grupo é beneficiado com o programa Compra Direta Local, que funciona através da Secretaria de Desenvolvimento Rural do município: "Pessoas com Declaração de Aptidão, que é um instrumento do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a identificação do agricultor familiar, se cadastram de acordo com o tipo, a quantidade e os valores da mercadoria que elas produzem. Se a pessoa interessada atender a todos os pré-requisitos do programa, ela passa a ser beneficiada com essa compra", esclarece dona Inês.

Esse programa funciona semestralmente. No último cadastro, por exemplo, são aceitas oito mulheres do grupo para

receber um repasse que varia entre 1.900 e 3.000 reais por pessoa, dependendo da quantidade e do produto a ser comercializado.

Mesmo com números significativos no contexto das comunidades, esse trabalho não se reflete apenas nos ganhos financeiros. A autonomia que as mulheres adquirem, na comunidade e dentro de suas próprias casas, melhorando a sua autoestima e a própria postura diante da sociedade: "Hoje eu já faço minhas prestações sem precisar do dinheiro do meu marido. Compro um item novo para a minha casa e tudo o que eu precisar. Isso me traz muita felicidade", finaliza dona Inês.



Campo Agrícola da Localidade de Puçazeiro

O projeto de Campo Agrícola da Localidade de Puçazeiro, município de Nazária (PI), começa a partir de uma articulação entre o Fundo Nacional de Solidariedade, a Cáritas da Regional Piauí e a Pastoral do Imigrante de Teresina, atendendo a aproximadamente 30 famílias de agricultores(as), numa área de 40 hectares pertencentes à União, na qual 10 hectares estão sendo usados na lavoura coletiva e os 30ha restantes, divididos entre as famílias da comunidade de São João.

Tudo começa tendo como objetivo principal melhorar a qualidade de vida das famílias. Para isso, vários desafios são enfrentados. O primeiro deles é a conquista da terra: - “Anteriormente as famílias agricultoras não tinham onde plantar, hoje eles utilizam uma terra que é da União”, relata Carlos Humberto, assessor técnico da Cáritas Regional. Outra barreira enfrentada é a questão técnica, envolvendo investimentos necessários na infraestrutura e com equipamentos. Tudo isso agora é passado.

“Mesmo com as dificuldades, as famílias têm o campo para trabalhar, bem como a moradia e um pedaço de chão para criar seus animais e viver dentro de uma comunidade, construindo laços e, juntos, erguendo uma cidadania.”

Carlos Humberto, assessor técnico da Cáritas Regional



As dificuldades

A primeira ideia produtiva, utilizando os recursos do Fundo, visa montar uma padaria na Vila Irmã Dulce, localizada na zona periférica de Teresina (PI). Entretanto, logo o grupo dá-se conta de que lá ninguém consumia pão, por ser um item mais caro do que o cuscuz, por exemplo: - “Na época, a massa do cuscuz era uns 30 ou 40 centavos, e, com uma massa só, se alimentava toda a família. Não íamos ter sucesso nesse projeto”, ponderou a Irmã Darcila Antonioli, da Pastoral do Imigrante de Teresina-PI.

Outras ideias surgem: organizar um projeto de galinheiro, de criação de porcos e de vários outros empreendimentos. No entanto, todas as propostas apresentam algum tipo de impedimento. Só depois de muito se pensar, surge como opção a criação de uma lavoura.

As Pastorais responsáveis pelo projeto ficam sabendo, na própria comunidade, a respeito da disponibilidade, na época, do

espaço que hoje ocupam. As pessoas interessadas em trabalhar na terra vão aparecendo, oriundas de comunidades próximas à Vila Irmã Dulce e até mesmo do estado vizinho, o Maranhão. No dia 19 de dezembro de 2000, a área desejada é ocupada. Irmã Darcila Antonioli conta um pouco sobre os desafios iniciais: - “Esse primeiro grupo de 10 pessoas se desfez, pela desistência de muita gente que achava que nós entregaríamos o dinheiro na mão deles. Mas não é bem assim que funciona. A verba vem para ser aplicada nos empreendimentos.”

Assim, apenas uma parte desse grupo inicial permanece e consegue colher muitos produtos, mas superfaturam as notas fiscais na compra de bombas d’água. Esses são então expulsos do projeto e deixam a terra no ano de 2004. Depois disso, entra outro grupo que se dispersa espontaneamente, sem haver grandes problemas. Assim, geração que hoje ocupa a terra é, então, a terceira.

“Os interessados em trabalhar na terra vinham de comunidades próximas ao terreno onde o campo agrícola se instalou(...)”



Os primeiros passos da Associação

A Associação Campo Agrícola da Localidade de Puçazeiro é organizada em 2011 com a finalidade de reivindicar políticas públicas de melhoria para a comunidade, conforme conta Marinalva de Moraes, presidente da Associação: - "Algumas vezes fui barrada em órgãos públicos por não pertencer a nenhuma entidade com representatividade. Depois disso, prometi pra mim mesma que na próxima vez eu voltava lá toda documentada.". E assim ela fez.

Ainda na fase inicial, a Associação conquista um carro (para levar as crianças para a escola), a energia elétrica e um o poço d'água. Tudo fruto do esforço e da articulação coletiva. Além desses benefícios, o Campo Agrícola possui bombas d'água de um sistema de irrigação que, apesar de não suprir toda a demanda produtiva, é o que está sustentando a produção.

Cada uma das seis famílias desse grupo trabalha individualmente a sua produção, plantando milho, melancia e feijão, que são os principais produtos cultivados. Nesse modelo, cada uma arrecada o que planta. Existe também o modelo de campo coletivo, no qual o lucro é dividido em partes iguais entre as famílias agricultoras. Pelo próprio histórico de descontinuidade dos grupos nesse Campo, não há ainda qualquer reserva em dinheiro para garantir a constituição de um Fundo, embora seja esse um dos desejos dos(as) moradores(as), conforme testemunha Daniel, uma das lideranças locais: - "Nós temos essa deficiência ainda. Já procuramos um meio de abrir uma conta em nome da Associação para guardar um dinheiro para as necessidades mais urgentes. Mas ainda falta colocar no papel o projeto, dizendo o que a gente produz para que os bancos nos aceitem."

Desde o início do Projeto, a idéia é que 10% da produção do Campo Comunitário seja destinada a um Fundo Rotativo Solidário, gerenciado pelo próprio grupo. Entretanto, devido à constante rotatividade de pessoas no mesmo, ainda não se conseguiu esse feito: "Lá no começo, quando foram feitas as primeiras capacitações, já se falava dessa caixa comum para dar sustentabilidade ao Grupo", relembra Irmã Darcila Antonioli.

As inúmeras dificuldades não diminuem o sentimento bom de pertencimento ao povoado, segundo Marinalva: - "A maioria dos moradores acha que as vantagens de viver aqui são grandes. Antes nós éramos empregados, muitos até vítimas do trabalho escravo. Agora, eu sou dona da minha própria plantação", finaliza.



Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Mucambo

Assim como todas as outras organizações, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Mucambo também começa pela iniciativa da Igreja Católica, por meio da Cáritas Diocesana de Floriano (PI). A data que marca o início dos trabalhos desta Associação é o dia 10 de fevereiro 1999.

A primeira e principal conquista da Associação é a aquisição do poço, que garante o abastecimento de água nas casas da comunidade já no ano de sua fundação. Até então, o povoado vivia sem energia elétrica e transporte digno, serviços esses fundamentais para o processo de desenvolvimento de qualquer região.

A Associação inicia suas atividades com 20 pessoas cadastradas e hoje reúne um total de 65 membros, que juntos vêm conseguindo várias melhorias. Uma das conquistas é a máquina de beneficiamento do arroz, adquirida com recurso do Fundo de Desenvolvimento Solidário da Cáritas por intermédio do Padre João Schmidt, no ano de 2002. Mesmo quem não é cadastrado na Associação consegue acessar os seus benefícios, desde que seja morador ou moradora da comunidade.

Do valor empregado na compra e instalação da máquina para beneficiamento do arroz, a Associação reembolsou para o Fundo a quantia de 2.800 reais,

“A associação começou com 20 pessoas cadastradas, hoje reúne um total 65 membros que juntos já conseguiram várias melhorias sendo uma delas a máquina de beneficiamento do arroz”



divididos em três parcelas. Pela força do trabalho comunitário, o valor foi quitado antes do prazo estipulado de um ano: “Nós fizemos bingos e recebemos contribuições de algumas pessoas do povoado. O pessoal da Cáritas até se admirou com a pressa com que devolvemos o recurso”, conta Iris Rosa, professora da comunidade.

Assim como o poço de água, essa máquina modifica até a forma de organizar o tempo na comunidade. Antes as mulheres passavam horas para beneficiar o arroz, naquele processo artesanal de usar um pilão manual ou viajar para outros municípios que dispunham de equipamento semelhante ao que hoje a comunidade possui. A professora relembra esse processo: - “Anteriormente, quando a quantidade de arroz era muito grande e não dava para pilar à mão, nós íamos pilar esse arroz no município de Francisco



Ayres, distante aproximadamente 12 quilômetros, tudo isso no lombo de um jumento”, rememora Iris.

Hoje, as mulheres de Mucambo não querem nem ouvir falar em tal atividade, tanto que os pilões foram abandonados nas encostas das cercas, acabando-se ao sol: - “Se me dessem um pilão e um bocado de arroz eu saia era correndo. Perdi foi as forças dos braços, depois de pillar por anos, junto com minhas companheiras de comunidade”, confessa outra associada, conhecida como dona Socorro.

É perceptível o clima de união entre os(as) moradores(as). Eles fazem questão de demonstrar, conforme depoimento de Seu José Francisco, presidente da Associação: - “Se toda comunidade, por aí afora, se ajudasse como nós nos ajudamos nos momentos de dificuldades, o nosso país era outro. A coisa mais bonita que temos aqui é essa união.”

“Se toda comunidade, por aí afora, se ajudasse como nós nos ajudamos nos momentos de dificuldades, o nosso país era outro. A coisa mais bonita que temos aqui é essa união.”





A história da máquina

A máquina de beneficiamento do arroz é gerida de forma independente da Associação. Quem precisa pilar arroz deixa uma cota para o Fundo, criado para manter os gastos com o combustível, a manutenção das peças e o óleo lubrificante. A contribuição é feita em produto: para cada saco de arroz beneficiado na máquina, ficam dois quilos para o Fundo.

Em decorrência da venda dessa cota de arroz, são arrecadados 800 reais anuais. Todo final de ano há prestação de contas do que é gasto com a máquina e do que entra de arrecadação para o Fundo: “A máquina gasta

dois litros de óleo lubrificante, de 20 reais cada para rodar 100 horas. Tem também o gasto com combustível, que corresponde ao investimento 30 reais por mês”, revela Seu Raimundo Nonato da Silva.

Seu Raimundo é quem administra esse recurso junto a seu irmão. Eles recebem o arroz dado como pagamento pelo uso da máquina e vendem na comunidade. Além de cobrir as despesas, o dinheiro arrecadado é usado para financiar viagens de representantes da comunidade em feiras e capacitações em outros municípios.



A atuação da Associação

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Mucambo atua principalmente na luta por políticas públicas e na ajuda aos mais necessitados da comunidade. O povoado já adquiriu bens importantes para o seu desenvolvimento, graças às ações coletivas da entidade. As últimas conquistas são: a construção da Escola e o transporte para levar os(as) alunos(as) do ensino médio a outras localidades.

Outra importante conquista elencada pela comunidade é a presença do médico da família, que acompanha a comunidade com visitas mensais: - “Embora para muita gente isso não signifique nada, para nós que

vivíamos numa comunidade isolada, onde moravam apenas cinco famílias, essa conquista é bem-vinda e festejada”, ressalta dona Iris.

Os atuais 20 membros da Associação são também cadastrados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floriano e cada pessoa paga o valor de 11 reais mensais de contribuição. Desse valor, 30% vão para o Fundo da Associação, que destina essa verba para viagens, em busca de algum benefício comum, e para casos de doença na comunidade.

A atividade econômica que movimenta a localidade de Mucambo vem da plantação de arroz. Cada roça é feita indi-



vidualmente, nos quintais das próprias casas, para garantir o sustento das famílias. Apesar do trabalho que gera a renda não ser feito em plantações coletivas, muitas pessoas avaliam que a melhor coisa de se trabalhar em uma comunidade organizada é a união do grupo, que favorece vínculos afetivos e eleva a consciência cidadã - coisa que, antes da Associação, não acontecia. A professora Iris testemunha esse fato: - “Exemplo disso sou eu mesma. Tive quatro filhos e não tive acesso ao salário maternidade. Recentemente minhas vizinhas tiveram filhos e todas receberam o benefício por ter o conhecimento e ir até o sindicato cobrar.”





Serra do Gavião

Experiência Terra Viva

Formada por ex-moradores(as) das cidades de Alto Longá, Castelo do Piauí e Pedro II, a Serra do Gavião, antes improdutiva, hoje abriga a experiência da pequena fábrica de cajuína que vem mudando a realidade das 10 famílias que ali vivem. Baseada no total aproveitamento do caju após seu uso para a confecção de vários produtos alimentícios, dentre os quais a cajuína é o principal, a experiência conta com o apoio do Fundo Nacional de Solidariedade da Cáritas Brasileira e da CNBB, por intermédio da Cáritas Regional do Piauí, da Cáritas Arquidiocesana e do Colégio Rainha da Paz, de São Paulo. Trata-se de um processo que elimina o desperdício, ao mesmo tempo em que garante uma renda extra aos moradores da região.

Localizada na zona rural, a 25 quilômetros do centro de Teresina, a Serra do Gavião abriga, desde o ano 2000, as 162 famí-

lias que foram assentadas nas terras da União pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Segundo dona Francisca Teresa, uma das lideranças dos Pequenos Produtores Rurais da Serra do Gavião/ Grupo Terra Viva: - “Nessa época não havia sequer acesso à água na comunidade. O recurso chega à comunidade em 2003, pela intervenção da Cáritas, que leva ao povoado alguns representantes do colégio paulista Rainha da Paz. Estes parceiros ofertam 33 cisternas às famílias da localidade, por meio do Projeto Água para Vidas Secas.

Em 2006, quando uma turma de professores(as), alunos(as) e funcionários(as) de um colégio local visita o Projeto, conhecendo de perto as mudanças que o acesso à água havia proporcionado, surge a ideia de avançar a experiência solidária com a implantação de alguma iniciativa produtiva. Os representantes



da Cáritas observam, então, que a plantação do cajueiro era bastante expressiva - com 200 unidades da planta em fase de reprodução -, mas que o interesse da comunidade estava voltado apenas para a comercialização da castanha, desperdiçando quase 100% do pedúnculo.

Em articulação liderada pela Ação Social Arquidiocesana (ASA), representantes da Cáritas e os membros da comunidade resolvem estruturar o projeto de construção de uma pequena fábrica de cajuína. Dona Francisca Teresa resgata um pouco dessa história: - "Na ocasião, nós fomos até São Paulo apresentar o Projeto que garantiu a construção da Casa de Cajuína, que hoje é nosso local de trabalho. Essa foi a forma de gerar renda e abolir com o desperdício de um produto com tantas utilidades, que nem nós sabíamos que tinha."

O Projeto para construção da fábrica é contemplado, ainda

em 2006, com o valor de sete mil reais. Em 2007, a Casa de Cajuína está pronta para as atividades. Para completar as condições de efetiva realização do projeto, a Cáritas doa a máquina de moer e algumas máquinas de costura, para que as mulheres possam manter alguma atividade durante os outros meses do ano, nos quais a produção dos derivados do caju fica inviabilizada pela falta do produto.

Francisca da Costa relata as primeiras dificuldades com essa nova atividade: - "Nós não sabíamos como trabalhar esse caju. Foi aí que entrou o apoio da EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí), garantindo formação de 15 dias para 25 pessoas da comunidade, interessadas em aprender a produzir a bebida e tantos outros produtos derivados do pedúnculo". O novo empreendimento fica assim pronto para começar a funcionar.

"Na ocasião nós fomos até São Paulo apresentar o projeto que garantiu a construção da casa de cajuína que hoje é nosso local de trabalho (...)"



Melhoria da renda, melhoria na vida

“Através das cisternas e da construção da nossa pequena fábrica essa terra criou vida e hoje ela representa, por isso nós chamamos o grupo de Terra Viva.”

Depois de iniciado o projeto, as participantes continuaram aprendendo a não desperdiçar o que têm de mais abundante na comunidade: o caju. Com ele o grupo garantiu formação adequada na confecção da cajuína e de tantos outros produtos derivados do pedúnculo, passando a obter fontes complementares de renda para as famílias, conforme faz questão de assinalar dona Francisca Teresa: “Antes dos anjos da Cáritas e do Colégio Rainha da Paz chegar aqui na comunidade, nós vivíamos numa terra morta, improdutiva. Tudo o que se tinha era com

muita dificuldade. Através das cisternas e da construção da nossa pequena fábrica essa terra criou vida e hoje ela representa, por isso nós chamamos o grupo de Terra Viva, embora o nome oficial seja outro.” Além de todos esses ganhos, o trabalho coletivo proporciona uma troca de conhecimento com pessoas de outros grupos que não tem preço. Por meio das feiras de Economia Solidária, bem como nos cursos de capacitação e reuniões nas quais os representantes da comunidade participam município afora, a vida local amplia seus limites e enriquece coletivamente.

Trabalho coletivo produz bons frutos

O cajueiro, a união e o trabalho sério têm proporcionado progressivamente bons frutos aos moradores da Serra do Gavião. Inscritos no Prêmio Odair Firmino de Solidariedade, de 2011, o grupo foi condecorado com o terceiro lugar da honraria, que tem como objetivo dar visibilidade e reconhecimento às iniciativas de caráter coletivo, comprometidas com a promoção dos direitos humanos. Como parte do reconhecimento, os trabalhadores rurais

ganharam três mil reais, que foram usados para manutenção do prédio da pequena fábrica: - “Foi muito importante para nós termos conquistado esse terceiro lugar no Prêmio Odair Firmino. Ele garantiu uma recompensa em dinheiro, usado na ampliação da nossa fábrica. Mas o principal foi ver que nós somos vistos pela sociedade como vitoriosos. Eu acho essa à coisa mais importante.”, finaliza, com alegria, dona Francisca Teresa.

Uína da





A comercialização e divisão de lucros

O período de safra do caju começa em agosto, vai até outubro e, dependendo do volume de chuvas, pode estender-se até novembro ou dezembro. É nesse mesmo período que se produz a cajuína, produto carro-chefe do grupo e bastante apreciado no comércio da região: - “Nós vendemos nas feiras, distribuimos para pequenos comércios, em outras comunidades. Só não vemos mais porque a produção ainda é pouca diante da procura”, ressalta dona Francisca Teresa.

As opções de local para comercialização têm se ampliado para

esses segmentos produtivos.

Toda sexta-feira acontece a feira local da EMATER e, uma vez por ano, a Feira da Economia Solidária é realizada pelo Fórum Estadual de Economia Solidária (FEESPI) e pelo Projeto Nacional de Comercialização Solidária, em Teresina, reunindo vários órgãos governamentais e não governamentais de apoio às pequenas iniciativas de geração de renda.

São produzidas 300 caixas de cajuína por safra e comercializadas a 30 reais cada caixa, o que garante uma renda de nove mil reais por ano. Desse valor, 10%

são usados na manutenção do espaço de produção e o restante é dividido em partes iguais para os membros do grupo.

Dona Francisca Teresa é quem faz todo o controle do que entra e sai e garante que um dos segredos para ter sucesso no trabalho coletivo é a confiança do grupo, estabelecida pela transparência nos processos de prestação de contas: - “Fazemos reuniões de prestação de contas de três em três meses. Tenho tudo muito bem anotado e apresento nota de tudo que foi comprado em benefício da minifábrica. Isso é muito importante para



conseguir ter sucesso num grupo” ressalta a líder.

Além da cajuína, em outras épocas do ano, os pequenos produtores da Serra do Gavião conseguem produzir, a partir do caju congelado, produtos que usam para o consumo pessoal e também para gerar uma renda alternativa, como é o caso da polpa, da paçoca, da torta, do doce, do mel e da rapadura. São produtos que as mulheres aprenderam a confeccionar durante a capacitação realizada na sede do grupo em 2008, cujo aprendizado rende mais e mais frutos.



